

**PENSAMENTO CRÍTICO, ANTIRRACISMO E POLÍTICA NA ARGENTINA E  
AMÉRICA LATINA: ENTREVISTA COM FEDERICO PITA<sup>1</sup>**

Federico Pita<sup>2</sup>

Carlos Eduardo Famadas<sup>3</sup>  
Michelle Pereira Malaquias<sup>4</sup>

**[RCJ – Revista Culturas Jurídicas]:**

Gostaríamos que fizesse uma breve apresentação nos contando um pouco sobre a sua história de vida, abordando sua trajetória enquanto um aforargentino na academia, na política e no ativismo antirracista. Também gostaríamos que nos contasse um pouco sobre a *Diáspora Africana de la Argentina* (DIAFAR).

**[FP – Federico Pita]:**

Sou parte de uma família afro-argentina, afroporteña, como se diz; portenhos de Buenos Aires de muitas gerações. O ativismo – ou o que hoje se chama ativismo – faz parte da minha família em termos tradicionais, de forma cultural e social há muito tempo. Um avô meu – que é pai do meu pai – era parte de um grupo de pessoas que promoveu um baile da comunidade afroporteña que durou várias décadas; uma tia minha organizou junto com outros compatriotas um clube social e esportivo, chamado Martín Fierro, que reunia pessoas de cor –

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2025, através de videoconferência, com registro a ser disponibilizado no original, em espanhol, no perfil da Revista Culturas Jurídicas nas redes sociais e outras plataformas na internet.

<sup>2</sup> Doutorando em Direitos Humanos na Universidad Nacional de Lanús (UNLa). Cientista político formado pela Universidade de Buenos Aires e ativista afro-argentino. Fundador e presidente da organização afroargentina *Diáspora Africana de Argentina* (DIAFAR). Diretor do Núcleo de Estudos sobre Racismo e Desigualdades da Universidade Metropolitana para a Educação e o Trabalho (UMET). Membro da Articulação Regional de Afrodescendentes das Américas e do Caribe (ARAAC). Membro do Grupo de Trabalho do *Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales* (CLACSO): Crise Civilizadora, Reconfigurações do Racismo e Movimentos Sociais Afro-Latino-Americanos. Coordenador do Grupo de Trabalho *Antirracismo y afrodescendencia en el Sur Global* do CLACSO. Editor do segmento Negrx do periódico argentino Página/12.

<sup>3</sup> Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGD/UFF); Especializado em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Coordenador suplente da Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal Fluminense (AFIDE/UFF); editor-assistente da Revista Culturas Jurídicas; email: [carloveduardofamadas@id.uff.br](mailto:carloveduardofamadas@id.uff.br); ORCID:

<sup>4</sup> Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGD/UFF) Especialista em Ensino de História e Culturas Africanas e Afro-brasileira. Atualmente pesquisadora; bolsista Carrefour; revisora da Revista Culturas Jurídicas. E-mail: [michellemalaquias@id.uff.br](mailto:michellemalaquias@id.uff.br). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2379344112912730>.

como se dizia naquela época – em torno de atividades sociais e esportivas como o futebol, em um time de futebol de todos os negros.

Outro tio também, por parte da família da minha avó, se dedicou ao ativismo político na esquerda nos anos 70 e foi exilado da ditadura militar; ao retorno da democracia, ele voltou à Argentina e fundou o Comitê Argentino Latino-Americano contra o Apartheid, como uma das primeiras organizações de base negra de Buenos Aires, que lutava explicitamente contra o racismo – nesse caso, denunciando o regime racista sul-africano. Então isso faz parte da atmosfera em que me crio. Em uma família negra muito numerosa por parte do meu pai, com muita clareza das minhas origens, que não era tão orientada na ação política, mas que fazia as práticas sociais, culturais.

Era um território hostil para a ideia de negritudes e para o povo negro. A Argentina se apresenta em geral – Buenos Aires em particular – como a sociedade mais branca da América Latina e esse mito fundador da argentinidade tem como correlato, como contrapartida necessária, a ideia de que os negros na Argentina não existem. Fundamentalmente, não que os negros não existam, mas que não existem argentinos negros. É diferente.

Uma coisa são os imigrantes historicamente latino-americanos da segunda metade do século XX, com pouca presença de brasileiros, de uruguaios; mais recentemente, por aí vêm os venezuelanos, os dominicanos e os haitianos. Também, dos anos 90 para cá, há alguma presença dos países da África Subsaariana, principalmente senegaleses. No início do século XX também houve uma pequena migração do arquipélago de Cabo Verde. Em todos estes casos, estamos falando em uma porção muito pequena. Então, o negro está fora da ideia da argentinidade.

Nesse contexto, construir afroargentinidade, afrooportunidade ou antirracismo na Argentina, e em Buenos Aires em particular, se torna uma atividade hostil, em função de que – a priori – se luta contra um fenômeno que é fundamentalmente negado em relação à não existência, à não existência dos afro-argentinos e, conseqüentemente, à não existência do fenômeno do racismo. Como não há negros, não há racismo.

O desenrolar de todo esse processo depois gera o que provavelmente é em qualquer outro lugar uma espécie de ativismo de base, que é: organizar a comunidade, organizar as reivindicações da comunidade e ter horizontes no presente do que chamamos de reparação. Essa é um pouco a atmosfera. Portanto, cresço em uma família negra, numerosa, orgulhosa de sua negritude, de sua ancestralidade, mas em um contexto que praticamente parece ser uma prática familiar.

Porém, em termos sociais, é uma sociedade onde o relato hegemônico é a não existência. Isso me faz, desde muito cedo, me dedicar à política partidária. Fiquei entusiasmado com a ideia de política e isso me levou a começar o curso de ciência política assim que terminei a escola. Eu estive envolvido no ativismo estudantil no ensino médio e na faculdade. Sempre tive uma inclinação, e foi no final do curso de ciências políticas que descobri a possibilidade de ser orgulhosamente negro e gostar de política; poderia conciliar os dois juntos na Argentina.

Até então eu poderia assistir a filmes dos Estados Unidos ou coisas que aconteciam em outro lugar, mas não me ocorreu que isso pudesse acontecer na minha cidade, em Buenos Aires, no meu país. A partir daí, tenho um clique e começo a encontrar pessoas que eu sabia que integravam um movimento de ativismo mediano, no início dos anos 2000, mas todos movimentos muito atomizados.

As instituições das quais lhe digo que minha família fazia parte não existiam mais. Aquele clube não existia mais, aquele baile que meu avô organizava não existia, o comitê de luta contra o apartheid de um tio meu não existia mais. Portanto, todas essas instituições não existiam e a sensação de que era inexorável o desaparecimento da afroargentinidad também estava muito ligada a um certo relato mestiçofílico de que o negro estava associado à escuridão da pele e, portanto, as interseções raciais próprias da geração de meus pais – como casamentos mistos e o consequente clareamento da pele – implicava algum tipo de autogenocídio. Se alguém se casa ou faz família com uma pessoa que não faz parte da comunidade, está atacando a coletividade.

Eu me incorporo a certos ativismos que têm a ver com uma conjuntura que – hoje eu entendo – que são as ações políticas pós Durban, do Congresso contra o Racismo da África do Sul 2001, e certos movimentos de organismos internacionais, impulsionando outras agendas globais que geraram o reagrupamento de alguns atores. Mas, esses movimentos foram cauterizados por serem negritudes estrangeiras e um número igual de acadêmicos brancos, principalmente do mundo da antropologia, daquelas sensibilidades acadêmicas de estudar antropologicamente aquilo que fica fora da Sociologia.

Na primeira década do século atual, me deparo com esse cenário, um protótipo do ativismo negro – o que hoje chamaríamos de ativismo antirracista – e nesse momento entendo que é a isso que vou me dedicar. Estou nisso há 20 anos e muita coisa aconteceu. Um exemplo é a organização da qual sou parte [a Diafar], que é uma das muitas organizações que existem hoje em todo o país.

Em 2010, com o primeiro censo nacional que incorporava a variável afrodescendente – em um questionário à parte e com todas as suas limitações –, tive a oportunidade de percorrer 10 províncias de um país muito extenso como a Argentina, onde na maioria dos casos não havia afro-argentinidade organizada. Hoje, 15 anos depois, em quase todas as províncias do território há uma ou mais organizações afrodescendentes com diferentes níveis de organização e de participação.

O afro-argentino conseguiu mergulhar em certas áreas, em certos discursos, durante a segunda década do século XX. Houve o avanço de algumas políticas públicas, como a incorporação da variável afrodescendente em todas as planilhas censadas no último censo (2022). Hoje há um feriado nacional, como 8 de novembro, que é o Dia dos Afroargentinos. Ou seja, houve um avanço em relação a quebrar um pouco o esquema da invisibilização e da inexistência da afro-argentinidade, mas ainda há muito trabalho a ser feito com base em conseguir identificar o sujeito destinatário em última análise.

**[RCJ]:**

O ilustre professor Aníbal Quijano, em seu artigo “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, distingue os diversos processos históricos de colonização na América Latina. Segundo Quijano, enquanto a formação do Brasil ocorreu sob a imposição das ideologias de miscigenação e democracia racial, a formação da Argentina ocorreu sob um processo de homogeneização racial e cultural. No Brasil, ainda temos a ideia de que na Argentina não há negros – seja porque se desconhece a escravização negra na Argentina ou porque acredita-se que os negros foram extintos pelo processo colonial-escravista. Como ocorreu de fato o processo histórico-social de formação da Argentina em relação à população negra? Qual a importância da população negra para a formação do Estado argentino?

**[FP]:**

O que me vem à mente é te dizer dois pontos muito breves e básicos. Primeiro, a conformação da Argentina como Estado – a passagem de colônia para república – é um processo que começa no início do século XIX e culmina com a instauração de uma Constituição em 1853. Esse texto vai ter a influência de duas das mentes mais influentes desse processo constitutivo da Argentina. Uma delas é Domingo Faustino Sarmiento e a outra é Juan Bautista Alberdi – conhecidos como a geração de 37. Ambos têm duas obras

fundamentais. Uma é “Civilização e barbárie nos pampas argentinos” ou o “Facundo de 1845” de Sarmiento e a outra é “Las Bases”, que é de Juan Bautista Alberdi; um protótipo de texto que depois termina em compilações de meados de 1930 para o final de 1940, que propõem o modelo do que vai ser a nação.

Nessa nação emergente da Argentina, os dois têm uma visão muito clara em relação a essa ideia de que o progresso está associado ao europeu. Eles são absolutamente explícitos; eles trabalham e constroem uma metáfora política conhecida como “deserto” e vão dizer que a Argentina é um vasto território despovoado – o que era duplamente falso! Primeiro, que não era vasto porque a Argentina ainda não tinha a extensão territorial que tem hoje, no máximo era grande parte do que atualmente é a província de Buenos Aires, nada mais. E depois, que todos esses territórios foram povoados pela mesma população indígena que hoje continua a caracterizar a Argentina.

A Argentina – em sua absoluta maioria – era composta de descendentes dos povos originários; mais de 70% da população respondia a essa característica. Sobre os afro-argentinos, há alguns estudos recentes que nos indicam que representavam cerca de 5% da população. Mas, não é o que reflete – obviamente – o sistema estatístico que nasceu justamente sob a presidência de Sarmiento. Sarmiento é um homem que, nesta obra que eu lhes proponho, vai propor que índios, negros e gaúchos, que são as categorias com as quais ele trabalha, significam e representam a barbárie e o atraso. Para esses corpos, não bastam mais do que o extermínio e a aniquilação; a civilização vem da mão do europeu e – ideal e concretamente – deve-se reimplantar a população da Europa nas Américas em geral e, particularmente, na Argentina.

Ele [Sarmiento] também foi diplomata nos Estados Unidos e viu o processo do que mais tarde se tornou o Jim Crow, essa ideia de “iguais, mas separados”. Hoje, embora os afroamericanos sejam entre 13 e 14% da população, não se pode imaginar os Estados Unidos sem afro-americanos, não é? Essa segregação gerou toda uma rede institucional de sindicatos, escolas, igrejas, universidades e cidades inteiras organizadas em torno da figura do negro.

Sarmiento é um homem que vai impulsionar – como você bem diz – essa homogeneização racial, essa homogeneização forçada em termos de raça. Por exemplo, quando o primeiro censo nacional é feito sob sua presidência em 1869, ele vai apagar as categorias raciais herdadas do período colonial em um falso gesto de progressismo, propondo que são categorias obsoletas, que estamos todos tão misturados que vai ser difícil distinguir quem é quem e, portanto, apaga-as da estatística, descumprindo o próprio método científico.

De qualquer forma, ele fez o censo. Mas, claro, ele é uma espécie de profecia auto-realizável em relação ao que escreveu duas décadas antes, onde diz que os negros estão se extinguindo, que não há mais, que estão exterminados. Eles constroem esta história junto com Bartolomé Mitre, que é outro dos grandes políticos e forjadores da ideia do argentino; essa ideia de que a independência termina com a negritude e termina por essa nação branca que se apresenta em seu artigo 15 e 25 de sua Constituição (1853).

No artigo 15, a Constituição vai propor que na Argentina não há mais escravos e que estes, a partir do juramento desta Constituição, são livres. Mas nessa forma de redação, a Argentina não decreta a abolição da escravidão – que é o termo jurídico que se impulsionava na época –, apenas enuncia a sua não existência. Esse modo de enunciação, logo em seguida, suscita uma lei que regulará as indenizações que forem necessárias. Ele está falando em indenizar os proprietários e não os sujeitos da violência da escravidão.

Por sua vez, o artigo 25 da Constituição, que é um caso de racismo institucional extremo na região, afirma que o governo federal incentivará a imigração europeia; e diz europeia no texto constitucional – que ainda está em vigor na Argentina. Em meados do século XX, em 1949, houve uma reforma constitucional, e no final do século XX, em 1994, houve outra reforma constitucional onde esse artigo permaneceu intacto.

Hoje, a Argentina continua sendo um estado que prioriza a imigração europeia. Embora haja avanços regulatórios, também há regulamentos atuais que suscitam, por exemplo, a migração como um direito humano, sendo um caso de vanguarda também na região. Essa ideia convive com o texto constitucional que pondera a imigração europeia. As consequências estão à vista, constrói-se a história de uma Argentina branca e europeia. Os primeiros a acreditarem nessa ideia não são apenas as elites dominantes, mas todo aquele grupo populacional que é beneficiário desta lei, que são os movimentos migratórios do final do século XIX e início do século XX, de imigrantes estrangeiros da Europa que vieram construir suas vidas fugindo da fome e da guerra.

Eu entendo o que a maioria dos imigrantes faz quando tem que deixar sua terra. Realidade que é estranha a toda a descendência afro do Alasca à Patagônia. Se há algo que não somos – os negros originários deste território –, são imigrantes, nenhum veio por vontade própria, nenhum optou por atravessar o Atlântico para viver melhor ou fugir de uma guerra. Fomos sequestrados e fundamentalmente traficados como objetos, nem mesmo como sujeitos, nem mesmo como pessoas.

Essa tensão da elite dominante da Argentina, vendo como vai se resolver mal em outros lugares, consegue uma fórmula que provavelmente é uma fórmula de sucesso e de exportação, que, atualmente, é o que faz certos governos conservadores, neoliberais ou de direita. A atitude atual assume essa ideia de fugir das nomenclaturas raciais para abraçar essa homogeneização que, no caso da Argentina, sustentada por mais de um século e meio, tem feito estragos. Então, insisto, eles convenceram a maioria dos argentinos e o mundo inteiro de que somos um país majoritariamente branco, onde os negros não existem.

**[RCJ]:**

A Constituição da Nação Argentina foi sancionada em 1853 e passou por cinco reformas, sendo a última em 1994. Apesar de reconhecer a “preexistência étnica e cultural dos povos indígenas argentinos” (art. 17), até este momento a Constituição Argentina não reconhece a população afrodescendente. Qual o papel do Direito argentino no apagamento material, histórico, cultural e político da população negra? Que normas existem hoje no ordenamento jurídico argentino para proteção da população negra? Como a população negra Argentina tem se articulado política e socialmente na luta por direitos e pelo bem-viver?

**[FP]:**

Uma pergunta complexa. Retomo a parte anterior para fazê-las dialogar com as perguntas. Não se pode imaginar a Argentina sem o papel dos afroargentinos e dos negros. Não há chance. Estamos falando não só de que foram contribuídos soldados, estrategistas políticos e militares, como Bernardo Monteagudo, que é o homem de maior confiança de San Martín na luta emancipatória, com um papel super ativo na promoção das ideias da revolução e do que é conhecido como a Revolução de Maio em Buenos Aires, com ação de advogado e com ação no mundo da imprensa. A questão não é a contribuição, mas o fenômeno constitutivo.

Se se pensa em música brasileira em geral, pode-se imaginá-la descendente do papel dos afro-brasileiros; com a cultura argentina acontece o mesmo. A gastronomia argentina internacional, as empanadas, o choripán, são processos de cozinheiras negras. A música folclórica, samba, chacarera, o tango na cidade de Buenos Aires, são filhos da milonga e do candombe. Todo o processo cultural, no militare, no político, obviamente que é atravessado pelo negro em todo o continente e a Argentina não é exceção.

Recentemente, há inúmeros estudos onde, em uma reedição de Clóvis Moura, há um relato do quilombismo – as organizações modernas do ativismo afro-brasileiro. Ele faz um percurso pela imprensa afro-brasileira de São Paulo, principalmente do final do século XIX ao início do século XX, fenômeno que na cidade de Buenos Aires também existiu com uma centena de jornais da imprensa afroporteña em diálogo e o próprio Clóvis Moura o plasma, em sua obra, com a imprensa paulista.

Argentina, Buenos Aires, não são nenhuma exceção. O que muda é como as elites tratam o fenômeno que eles conhecem como “o problema do negro”. No caso da Argentina, onde nos apresentamos como uma minoria populacional, e no caso do Brasil, onde são a esmagadora maioria da população, as receitas são diferentes, mas o objetivo é o mesmo, é neutralizar o problema do negro. Diante disso, nós negros, não paramos de nos organizar em irmandades, em nações, em associações de ajuda mútua, que tanto no Brasil quanto na Argentina são o germe do que é conhecido como sindicalismo. Isso do Alasca à Patagônia será da mesma forma, porque, de fato, está comprovado que existem laços.

Temos um impulsionador, por exemplo, de uma das associações de ajuda mútua mais importantes da Argentina do final do século XIX, início do século XX; é o protetor Eugenio Sar, um homem dedicado à marinha mercante que viajou por todo o continente. No contato com a população afro-americana, com a população afro-caribenha e com a população afro-brasileira, há uma troca constante entre as negritudes. A questão são as condições materiais para alcançar esses processos organizacionais.

No caso da Argentina, promover essa ideia de homogeneidade racial também implica uma sorte entre as elites da comunidade negra, um apelo para se livrar da ideia de defesa setorial para abraçar uma ideia onde todos os argentinos e argentinas superamos a questão da cor. Há certos setores da elite negra que concordam com essa ideia e hoje vivemos as consequências do fracasso dessa decisão política; foi claramente uma armadilha e, nesse aspecto, o ativismo da Argentina foi desmantelado.

Quando digo que na Argentina o texto constitucional dá hierarquia constitucional ao racismo biológico, afirmando que a melhor imigração é a europeia – e está no texto constitucional –, a partir daí, que margem há para organizar a questão negra? Isso é muito importante. Insisto, em Durban, o Estado argentino adere, participa formalmente na declaração, no plano de ação e, pois, reconhece pela primeira vez, depois de mais de um século e meio, o fato de que a escravidão é considerada um crime contra a humanidade. Isso é um *per saltum* em função de que, em termos constitutivos, a Argentina não havia declarado a

abolição da escravidão, mas seu fim. Em termos jurídicos, isso são limitações que estão envolvidas na ação e na demanda por reparações.

Se pensarmos, por exemplo, nas cotas popularmente conhecidas no mundo universitário no Brasil, que são uma coisa absolutamente recente no tempo e que costumam ser celebradas como uma espécie de vitória do movimento. Em última análise, não sei qual é o número de fato, mas o número para que seja justo e que implique em um plano de igualdade substantiva deve implicar 60%, que é a mesma porcentagem da população afro-brasileira. E, na verdade, existem comitês que olham para a negritude das pessoas para dar ou não a possibilidade de entrar na universidade.

Se no Brasil, que tem mais de 100 milhões de pessoas que se reconhecem politicamente negras, estas pessoas não conseguiram forjar um movimento político que sustentasse por 50 anos presidentes negros que respeitem a agenda, o que resta para o resto do continente? Nem te conto sobre a Argentina. Então, nesse aspecto me parece que é preciso medir os fenômenos, não só a dimensão local, mas como se comunicam em termos regionais, porque a ação do racismo é uma ação que tem uma estrutura que opera a nível global e o Direito na Argentina tem sido fundamental para isso.

Isso que você destacou são diferentes reformas constitucionais que avançam em certos liberalismos. Como você bem diz, a preexistência dos povos originários na reforma do final do século XX é reconhecida e se reforça mais uma vez a não existência da negritude. Algo semelhante aconteceu no Chile na Assembleia Constituinte de 2022 – uma reforma que não conseguiu prosperar; se bem me lembro, havia 150 constituintes, dos quais havia uma porcentagem de 10% reservada para os povos originários. Eles estavam dispostos a fazer uma nova constituição 200 anos depois onde o afro-chileno também não estava.

Essa persistência das elites brancas – da esquerda à direita – é uma enorme transversalidade em sustentar a ideia do negro como externo à nossa realidade, que às vezes, muitas vezes, também dialoga com certa agenda original que diz: “Bem, nós estávamos antes, veio o conquistador e há uma aliança, um encontro de dois mundos”. Não há apenas dois mundos, existem três mundos. Nós negros chegamos há algum tempo e chegamos para ficar. Na realidade, insisto, nós sequer chegamos, nós sequer viemos, nos trouxeram e aí tem um crime; um pecado original que as democracias atuais não se apresentam muito interessadas em resolver.

Daí vem o processo do que inexoravelmente é a organização do povo negro. Aí estão as diferentes estratégias de organização da negritude, na qual a Argentina não é exceção, mas

apresenta essas particularidades. Aqui temos um conflito entre a não existência, a invisibilização de nossas agendas e a ameaça da estrangeirização de nossas agendas. Há um conflito com a representatividade que é fundamental para entender politicamente o fenômeno.

Seria inadmissível que eu, como referência regional afro-argentina, fosse ao Rio de Janeiro e fosse a voz principal do movimento afro-brasileiro. Certamente isso geraria uma rejeição e, acima de tudo, não iria ao próprio coração de qualquer que seja o fenômeno de reparação. Por que? O estabelecimento do fenômeno do racismo está inexoravelmente ligado à ideia do Estado-Nação e, portanto, também tem limites no plano institucional da luta antirracista; bem como exige dinâmicas de representação que devem ser atendidas independentemente do fato de que eu entendo o fenômeno do movimento negro como um fenômeno internacionalista. Mas, em termos de tática, sem dúvida desempenha um papel.

Embora todos os movimentos negros, todos os povos negros das Américas e do Caribe – para citar um espaço geográfico – nos organizemos em torno do fenômeno da opressão, a matéria de opressão que implica o racismo estrutural, institucional e os termos jurídicos institucionais de cada uma de nossas nações, tem um caráter internacional. Mas, por sua vez, esses movimentos e esses povos assumem a necessidade de entender as dinâmicas locais e essas alianças internacionais e regionais devem ser dadas para lutar contra o fenômeno, pelo menos, do racismo na instância institucional.

**[RCJ]:**

Desde a Conferência de Durban em 2001, observamos uma mobilização e uma articulação da população afrodescendente pela reparação histórica pelos processos de colonização e de escravização nas Américas. Em 2015 foi instituída pela ONU a I Década Internacional dos Afrodescendentes (DIA) com o objetivo de promover reconhecimento, justiça e desenvolvimento para a população afrodescendente nas Américas. No entanto, o resultado não foi o esperado e a reparação esteve longe de ser alcançada, pois muitos Estados ignoraram o programa da I DIA e os poucos que implementaram o programa se limitaram à reconhecimentos simbólicos e políticas públicas isoladas e de caráter reformista. Por isto, este ano está sendo lançada a II Década Internacional dos Afrodescendentes e formulada a Declaração de Direitos dos Povos Afrodescendentes da ONU. Dentro deste contexto, quais os desafios e possibilidades que você enxerga para a reparação histórica para a população afrodescendente? Qual a sua expectativa para a II Década Internacional dos

Afrodescendentes? E como esta declaração de direitos pode ajudar na luta pela reparação histórica?

[FP]:

O que me ocorre te responder brevemente é que, de Durban até aqui, houve um processo de institucionalização das lutas negras que foi absolutamente lesivo aos processos organizativos de base. Se a gente observa a ingerência em torno de quem são os atores que financiam a participação das vozes negras no âmbito internacional, o que mais se destaca é a ausência de autonomia, especialmente autonomia econômica dos movimentos negros. Você mencionou há pouco o Fórum Permanente de Afrodescendentes das Nações Unidas, que é uma reivindicação histórica – o Malcolm X já o reivindicava na Assembleia das Nações Unidas –, o que mostra que de novo, novidade não há. A questão é: em que contexto global isso se dá?

Quando olhamos para os atores que participam, longe de serem majoritariamente vozes de movimentos autônomos, políticos e independentes, são representantes de um tecido global de ONGs financiadas em grande parte por bancos internacionais e governos europeus por meio da cooperação, por agências com sede em Washington e por recursos de origem duvidosa provenientes da filantropia capitalista de diversos atores internacionais – o que acaba gerando uma espécie de burguesia negra. No caso da América Latina, as duas representações – uma mulher da Costa Rica, ex-funcionária pública, e um dirigente negro colombiano aliado à direita de Uribe. Essa mulher, ex-presidenta da Costa Rica, de um governo de corte neoliberal, terminou o mandato com a população afro-costarriquenha mais pobre do que quando começou, e são essas as grandes figuras que hoje representam o continente negro.

Isso, inevitavelmente, leva a uma nova decepção – não há dúvida! Depois de um primeiro decênio frustrante, vem um segundo, e você mesma já aponta a decepção na pergunta, sobretudo porque há uma ruptura com as bases. A pergunta é: quem vai e participa? Em que espaços? Com quais dinâmicas? No organograma das Nações Unidas, o Fórum Permanente tem um peso simbólico e caráter consultivo, mais do que de ações vinculantes aos Estados, o que revela também as próprias limitações estruturais do sistema internacional e das dinâmicas da ONU.

Dito isso, não quero soar pessimista, ou melhor, permito-me ter certas reservas quanto ao alcance desse espaço. É melhor que exista o Ano Internacional dos Afrodescendentes, o

primeiro decênio, o segundo, ou mesmo vinte decênios; a Declaração dos Direitos dos Afrodescendentes... Mas, a questão é: de onde surgem essas demandas? E se o horizonte é o das reparações, há discursos em disputa.

As reparações não fizeram parte do relato institucional do Ano Internacional dos Afrodescendentes, nem do trabalho dos atores que conduziram o primeiro período do Fórum Permanente. No primeiro decênio, inclusive, optou-se pelo termo “reconhecimento”, em função da rejeição de alguns Estados à ideia de reparação. Só a partir da terceira ou quarta assembleia do Fórum Permanente é que o tema das reparações começa a ter alguma presença e hegemonia nas reivindicações. Mas, isso ocorre porque o próprio sistema começa a domesticar o termo.

Assim, surge a tensão de construir um discurso de reparações dentro da lógica neoliberal, que busca quantificar, colocar um preço, e a partir daí talvez financiar o surgimento de uma burguesia negra latino-americana, como se fosse possível “quitar” a dívida da escravidão e do racismo com um cheque dizendo: “pronto, acabou!” Por outro lado, há setores que defendem uma visão radical das reparações: reparar é virar o sistema de cabeça para baixo. Essa é a realidade.

Se o racismo é um dos pilares que sustentam o sistema-mundo, definindo quem vive e quem morre – ou quem se deixa morrer, para citar alguns intelectuais modernos –, o fato é que o sistema se sofisticou, mas os corpos descartáveis continuam sendo os negros. Não sei se isso se resolve com fóruns nas Nações Unidas, que – repito – financiam uma representatividade de procedência duvidosa. A questão é: quem decide quem vai e quem fala? Nem entro no nível do discurso; falo de algo mais elementar: quem chega a esses espaços para dizer o quê?

Portanto, é positivo que essas instâncias se abram, mas fica cada vez mais claro que o problema é muito mais complexo. Um exemplo concreto: as intervenções da comunidade internacional no Haiti; que insistem em construir a ideia de um “Estado falido” como forma de nos fazer pagar a dívida histórica de termos ousado ser livres e independentes. Hoje, a mesma comunidade internacional recorre a um governo neoliberal e de direita, como o do Quênia, para que, uma força internacional liderada por pessoas brancas, seja liderada por pessoas negras – o que mostra, mesmo na superfície, a perversidade do fenômeno.

São diferentes formas de o racismo se reconfigurar e hoje parece disposto a construir uma falsa representatividade negra que sustenta os próprios pilares do sistema. Aí está a

armadilha: sob enunciados de aparência rebelde e transgressora, tanto do antirracismo quanto das reparações, segue ausente o essencial: discutir o que são, afinal, as reparações.

**[RCJ]:**

O pensamento crítico latino-americano tem uma longa tradição de diálogo e tensões importantes com o marxismo, especialmente no que diz respeito às questões raciais, étnicas e descoloniais. Desde as frustrações de George Padmore e Aimé Césaire com o Partido Comunista até a atualidade, também observamos um distanciamento entre o marxismo e a população afrodescendente. No livro “África Vermelha”, publicado este ano, o autor Kevin Ochieng Okoth faz duras críticas à correntes teóricas que predominam na academia e nos movimentos antirracistas – como o afropessimismo e a decolonialidade – e propõe um resgate do caráter revolucionário das lutas anticoloniais do continente africano e de figuras como Frantz Fanon, Thomas Sankara e Amílcar Cabral. Nas Américas tivemos os exemplos do Haiti, do *cimarronaje* e dos quilombos. Sob o contexto de capitalismo dependente, de imperialismo e de neocolonialismo na América Latina, é possível pensar em um movimento radical anticapitalista, antimperialista e anticolonialista protagonizado pelos povos indígenas e afrodescendentes? Quais os limites e as possibilidades do marxismo, enquanto ferramenta analítica e política, para compreender e enfrentar o racismo na América Latina? No contexto atual, é possível articular essas diferentes teorias e orientações políticas?

**[FP]:**

Eu acho que é uma armadilha comum colocar a tensão entre o marxismo e a teoria crítica negra. Me parece que o marxismo é um derivado político-intelectual do contexto europeu, onde se colocam as tensões com o que depois será entendido como o capitalismo, que é um fenômeno global. Por quê? Porque é a Europa oprimindo os seus próprios como base para depois sair a oprimir o mundo.

Portanto, é uma teoria que se aplica nesse contexto; o próprio Marx, sobretudo, está preocupado com essa realidade. E tem alguma leitura em nível planetário, mas uma leitura limitada pela própria época, e sobretudo em um contexto de racismo biológico, onde se coloca que praticamente o resto dos não europeus não são humanos. Engels, Marx, sem falar de Hegel e Kant e de todo o contexto em que isso se cria, são vítimas de uma época. Então, nessa mesma época, no resto do mundo, há menos preconceitos para ler o que está

acontecendo na Europa, do que o preconceito que os europeus têm para ler o que acontecia no resto do mundo, digamos assim.

Mas, longe de gerar uma fratura, me parece que vai se configurando um diálogo e, como você bem dizia, um monte de figuras não só foram comunistas, foram marxistas, morreram como marxistas e outras tiveram um uso instrumental do marxismo, como pode ser Du Bois, que nunca se declarou como tal, mas dialogou com essas estruturas em função de estar pensando em resolver os fenômenos das opressões nos termos das suas realidades. Ou seja, dificilmente alguém poderia dizer que Mao Tsé-Tung aplica o marxismo como o coloca Marx. A realidade é que se configuram lutas distintas. Me parece que o povo negro tem uma característica global e internacional que o define pela própria consequência do tráfico escravista.

Tanto o processo do colonialismo na África quanto o processo da escravidão nas Américas e no Caribe configuram uma bateria de pensadores radicais, como pode ser Padmore em Trindade e Tobago, Aimé Césaire e tantos outros. Enfim, são muitos, alguns africanos, mas outros caribenhos, como Stokely Carmichael, posso nomear Clóvis Moura no Brasil, não quero deixar nenhum de fora, ou o próprio Padmore também etc. Me parece que há uma relação e um vínculo absolutamente difícil de dissolver.

Reduzir a questão a se são ou não marxistas me parece uma questão mais partidária do que de práxis, sobretudo a práxis desses próprios sujeitos revolucionários nos horizontes que estão pensando e se apropriando das ferramentas e experiências que têm à mão para gerar essa agenda de transformações radicais – coisa que hoje, indubitavelmente, no âmbito acadêmico, está extinta. Nenhum desses autores que você nomeou estava escrevendo livros para receber uma bolsa em lugar nenhum, não estavam pensando nisso, não estavam nem aí para isso, queriam mudar o mundo, não ganhar uma bolsa de doutorado, não lhes importava.

Me parece que certa lógica do mundo acadêmico, transformada na burocracia do conhecimento, gerou uma espécie de conhecimento degenerado, endogâmico, que não está pensando mais nas práxis da transformação. Isso é real, e com isso digo: é injusto, como todas as generalizações, mas se o espelho no qual nos olhamos é Padmore, Clóvis Moura ou Aimé Césaire – não me lembro mais quais nomeamos –, eles não estavam pensando em ter uma cátedra ou ganhar uma bolsa, a verdade é que estavam em outras. A própria figura de Du Bois, que é um homem que vem da academia, em seu primeiro período tem toda uma fé no processo de construção do pensamento, mas é também um homem que termina absolutamente desiludido com o mundo acadêmico.

Com isso, não quero dizer que o principal problema é o acadêmico, mas digo que a produção acadêmica tem um limite muito claro, um limite ou um teto muito baixo, e que, indubitavelmente, é parte do problema. Assim como se financia representação internacional que viaja a Genebra ou Nova York, supostamente para falar pelos negros, hoje você vai ter exércitos de pessoas de pele escura produzindo *papers* em nome das reparações, da representatividade ou do reconhecimento – que não necessariamente vão se reconfigurar em melhor qualidade de vida ou, como você bem disse, no bem viver das populações negras.

O primeiro que podemos fazer é desmontar essas possibilidades. E há inúmeros casos de homens e mulheres que denunciaram isso há muitas décadas ou séculos: os limites que o mundo acadêmico tem – se é que ele tem aspirações. O que não quer dizer que a produção de pensamento para a práxis se reduza a escrever *papers*, indubitavelmente, não é assim. E, mais ainda, faz tempo que a comunidade negra em nível global compreendeu isso dessa maneira.

Por isso, as pessoas que você estava nomeando têm a necessidade de sofisticar e de gerar um pensamento ordenado, que guie e potencialize a ação política, mas sempre no marco de um pensamento absolutamente submetido a práxis – que é a práxis emancipatória. Disso se trata o pensamento radical negro, alguns encontram ferramentas no marxismo e outros não. Mas, colocar aí uma tensão, para mim, não faz muito sentido.

Obviamente, há autores e autoras que são marxistas. Nessa linha, não só com as novas direitas, mas fundamentalmente com certos progressismos – que terminam negociando de forma moderada com o *status quo* –, o termo “marxista” é utilizado como um termo de cancelamento político e é preciso se desprender dessa marca. Obviamente, houve e há pensadores negros que se apoiam no marxismo, porque encontram uma das teorias que mais dialoga com o objetivo da teoria radical negra – não há dúvida alguma disso!

O pensamento decolonial também é um movimento muito heterogêneo, muito diverso, que, despojado de uma práxis radical emancipatória, se apresenta como pura retórica, como pura forma. Alguém pode se enunciar interseccional, antirracista, anticapitalista, pela reparação ou decolonial e não estar mudando nada. Mas, isso não deve habilitar o ato de jogar fora o decolonial. Aquele que se enuncie decolonial e o entenda como sinônimo de anticolonialismo: bem-vindo! Entenderá que a forma de enunciação é essa. E insisto: certas discussões muitas vezes se reduzem. Se sobredimensionam certas discussões no âmbito acadêmico, que pouco têm a ver com a práxis no âmbito da ação e da práxis política.

Como pessoas negras, nós temos que entender que o somos o dia todo, o tempo todo. Não importa a plataforma a partir da qual alguém diga “bom, eu vou contribuir para a

emancipação e a eliminação deste processo de martírio e opressão entendido como racismo desde a trincheira da academia”. Fantástico! Porque o meu talento é este e o de outro será fazer música, jogar bola, ser cabeça de uma organização política do ativismo puro e duro... Há aqueles que se dedicam – e nos dedicamos – a organizar a comunidade em termos estritamente políticos. Fantástico!

A questão não é só como dialogamos, mas como todas essas plataformas se submetem à condução e à liderança política do ativismo antirracista – isso é muito importante, isso é realmente muito importante porque, despojado dessa clareza política, desse horizonte de ação política conjunta, termina sendo burocracia do conhecimento, entretenimento no âmbito cultural. São essas ameaças – falsas representações no âmbito internacional – que geram uma onda de negros e negras viajando pelo mundo, denunciando o racismo, mas que, no concreto, terminam sendo financiados pelo Banco Mundial, que está longe de acabar com o sistema capitalista – sistema que tem, em sua gênese, a necessidade irrenunciável da segmentação racial das pessoas para justificar a espoliação das riquezas dos povos. O que não significa reduzir as tensões raciais somente a questões econômicas e de classe – me parece que aí também há um erro.

**[RCJ]:**

Em muitos contextos latino-americanos, inclusive na Argentina, há pessoas que não se identificam plenamente como negras ou brancas, os chamados “pardos”, ou aqueles de fenótipo ambíguo, que acabam vivenciando um lugar ambíguo nas lutas raciais, muitas vezes oscilando entre a invisibilidade e a cobrança por uma definição identitária rígida. Na sua visão, existe um “dilema dos pardos” na Argentina? Como lidar, politicamente e afetivamente, com essas zonas de fronteira identitária sem reforçar hierarquias raciais internas, sem excluir experiências legítimas de vivência do racismo e sem cair em discursos essencialistas e fragmentários?

**[FP]:**

Uma forma de resolver essa situação, essa tensão, me parece que é ter claro o plano em que estamos nos movendo. Há uma definição super clara dos níveis do racismo entre o sistêmico – ou estrutural –, o institucional e o âmbito interpessoal ou individual. Se alguém tem claro em que nível da compreensão e ação contra o sistema do racismo você se move, o que geralmente se faz é uma mistura de níveis. Então, parte-se da experiência pessoal para ter

uma posição em relação à luta contra o racismo em termos sistêmicos. Geralmente, aí é onde vem a confusão e acabam caindo, por um lado, na ameaça do essencialismo de entender os negros.

Não sei que essência temos. Você faz um DNA e ele diz quão negro ou não negro é, com uma teoria quase lombrosiana ou neolombrosiana e depois há certas práticas, como você disse, de racismo no interior da dinâmica comunitária, que terminam classificando: “como sou mais escuro, sofro mais”; “como você é mais claro, você tem menos direito à reclamação”... Essa confusão se dá em função do acento da leitura do fenômeno do racismo no entrecruzamento – ou no mau entrecruzamento – dos níveis ou do que algum autor ou pensador entende como as identidades mal compreendidas.

Eu entendo que é muito simples: o negro é uma categoria política, porque quem cria a categoria política de negro a cria fundamentalmente para constituir a categoria do branco. A Europa cria a Europa primeiro para se organizar internamente, ou seja, são as elites dominantes no período de expansão que oprimem primeiro sua base popular para depois sair a oprimir o mundo, criando uma categoria que as unifica, que é a ideia de Europa, que não existia. E sobre essa categoria se deparam com esse elemento do racial.

Alguns vão dizer que Cedric Robinson vai propor que o racismo tem germe interno na própria Europa, como gênese do que ele chama de capitalismo racial – ideia aderida por mim. O próprio Haiti resolve o problema do “negro”. O Haiti, quando propõe na Constituição de 1805 que, a partir do juramento dessa Constituição, todos os cidadãos são filhos do Estado haitiano e, portanto, serão denominados negros, vai propor negros não como uma questão de cor da pele, mas como sinônimo de cidadania, de cidadania em termos universais, frente a um termo particular de cidadania que a Revolução Francesa chama de “homem” e, portanto, é homem, branco, judeu, cristão – na verdade cristão, porque nem sequer judeu.

A ideia do negro aparece como universal no político, não está falando da cor da pele das pessoas. A cor da pele é um fenômeno moderno e inclusive, em alguns aspectos, até pós-moderno. Isso tem a ver com as possibilidades estatísticas de que, se você é mais escuro, tem mais chances de que a polícia o mate. Isso é um dado objetivo da realidade, mas que não necessariamente deveria guiar nossas ações políticas como coletivo. O negro aparece como uma categoria política.

Quando o negro está associado unicamente à cor da pele, é aí onde fazem conjunto as facções racistas herdadas do racismo biológico ou dos ultraconservadores com certa ala progressista moderada que gera as diferentes categorias que na Argentina existiram. Quando

Sarmiento anula as categorias raciais no censo, entendidas como o “negro” e o “índio”, criam uma categoria de substituição que é o “trigueño”. Então, ele diz: “é pele como a cor do trigo”. Bem, a cultura trigueña não existe. A nação trigueña não existe. Então, o fenômeno racial se reduz, como fenômeno político, somente à cor da pele.

No Brasil, entendo eu, a configuração racial existiu historicamente. Qual é a solução que encontrou a elite branca para romper essa unidade não desejada do movimento negro? A categoria de pardo! De que pardo falam? Da cor da pele! Não existe uma cultura em si mesma. Qual é a herança da cultura parda? Não existe! Ou seja, há a cultura europeia, há a cultura africana, há a cultura asiática... Alguém, em termos pessoais, pode ser uma mistura disso: come comida da Itália e gosta da música do Quênia... Mas, isso é uma tolice na hora de pensar soluções que emancipem a opressão dos povos em relação ao fenômeno do racismo estrutural.

O sistema vai gerando categorias que reconfiguram e atualizam o racismo. Hoje o pretendem reduzir a uma tensão somente da cor da pele das pessoas, não entendendo que é um fenômeno estrutural. É pela cor da pele que, indubitavelmente, se escravizou e desumanizou toda a África subsaariana. Mas o objetivo não era somente discriminar as pessoas. O objetivo era a constituição de uma nova ordem mundial que tivesse como base a cor da pele.

A ideia de que existem raças superiores e inferiores também faz parte da narrativa do século XX na Europa. O Holocausto judeu na Europa. O que são os judeus? Uma raça degenerada que ameaça a pureza racial de uma suposta constituição de uma raça ariana, que estão absolutamente imbricadas em um fenômeno cultural, político e social entre o que é humano e o que não é humano. Isso é o que está de fundo. O negro aparece no relato do racismo como o não humano. E o negro – no relato político do antirracismo que luta contra o racismo antinegro – aparece como uma ideia acabada e universal do humano. O negro é o humano.

Contra essa ideia, autores como Kwame Ture vão propor a ideia do poder branco ou do poder negro. O poder branco é aquele que desumaniza. O poder negro é aquele que dá humanidade, mas não somente aos afrodescendentes, a todas as pessoas. Têm como objetivo final emancipar a humanidade. Por isso, o negro aparece como uma categoria política, da qual, obviamente, os sujeitos, com maior ou menor consciência, poderão ou não aderir, independentemente de sua experiência.

Há diferentes experiências de como os corpos transitam suas tonalidades de pele segundo a realidade local. Uma vez na minha vida me chamaram de branco na República Dominicana. Nunca tinha acontecido isso na minha vida. Por eu ser clarinho me disseram “não, você é branco!”, e eu disse “uau!”. Mas, parece que no relato dominicano a branquitude aparece como mais acessível para alguns corpos. Em outros, basta minha cor de pele para ser um “negro de merda”, como é o caso da Argentina.

A realidade e a cor da pele configuram experiências, o que não necessariamente implica um salto de consciência política. O negro aparece como figura política. Reduzir o negro às categorias da cor da pele é diminuir o valor do processo político que conduzimos. Por isso, as teorias do “pardo”, do “mestiço”, do “trigueño”, nos Estados Unidos o “brown”... No âmbito da política pública, eu poderia dizer que a redução do negro à cor da pele implica algum tipo de acesso ou não à possibilidade de acessar ou não um direito. Mas, a longo prazo, termina sendo uma armadilha, porque acaba fundindo o próprio objetivo do processo da negritude, que se apresenta como uma reapropriação do que o sistema originalmente utilizou para desumanizar o negro e que – desde a Revolução Haitiana até agora – configuraram um novo sujeito social, político, universal, onde todos somos humanos.

Hoje há certos setores do pós-modernismo que questionam até a própria ideia do humano. Mas também, de onde surgiu isso? Das branquitudes atrasadas globais. Porque você sempre pode renunciar a algo que tem; ninguém renuncia ao que não tem. Então, se você faz parte de um coletivo que historicamente não foi considerado humano, como vai renunciar a algo que o sistema nunca o considerou? Essa é a luta que está por trás da ideia do negro. Todos os derivados políticos, semióticos e linguísticos que reduzam o fenômeno do racismo à cor da pele – eu me atrevo a dizer – terminam sendo funcionais ao racismo.

Mais além das experiências individuais, a possibilidade de que alguma pessoa aceda à questão da consciência política... uma vez que você tem o salto de consciência política, chega à ideia da consciência negra, como Steve Biko, como Malcolm X, como Carmichael ou como o Haiti. Não importa por onde você vá entrar na consciência, se pela porta principal, pela porta de trás ou pela chaminé, não tem importância. Mas, uma vez que você acede a essa ideia de consciência política, está claro que o negro faz parte do âmbito político. O resto são experiências que, indubitavelmente, importam muito no âmbito psicanalítico, espiritual ou individual, mas o fenômeno contra o qual estamos lutando é um fenômeno político.

[RCJ]:

Ao longo de sua trajetória, você ocupou lugares estratégicos tanto na militância quanto nas instituições do Estado e na imprensa. Como alguém que transita entre esses espaços, o que tem aprendido sobre as potências e os limites de cada um deles na luta por reparação e visibilidade da comunidade afrodescendente na Argentina? Há momentos em que essas frentes dialogam ou se contradizem? E, diante dessa experiência vivida, que caminhos você acredita que ainda precisam ser construídos para consolidar uma política de memória e justiça que não trate os corpos negros como exceções, mas como parte fundadora da identidade nacional?

**[FP]:**

Eu, por definição, sou ativista, independentemente que para outros mundos – o mundo institucional, do campo do Estado, da política partidária e da academia – o ativismo pareça uma atividade menor. A enorme fortaleza da agenda negra e a possibilidade de concretização da agenda negra, enquanto horizonte de reparação radical, reside na força do ativismo, que é o ordenador político, a condução política da agenda e do movimento. E me atrevo a dizer da comunidade negra em si mesma.

As pessoas negras que jogam dentro dos campos das instituições, valha a redundância, as instituições instituídas – o Estado, a academia ou qualquer outra – jogam em instituições do sistema e, portanto, em instituições brancas nas quais sempre estaremos em desvantagem na medida em que o sistema-mundo continuar sendo este. Se entendemos o racismo como um fenômeno sistêmico e estrutural, ou seja, estrutural e estruturante, ele é um dos pilares ou um dos fundamentos do mundo como o conhecemos hoje. Sempre as pessoas negras – em relação ao negro como categoria política – vamos jogar dentro dessas instituições em uma situação de desvantagem.

Aí aparecem também, com muita clareza, as possibilidades dessas instituições em relação à concretização de uma agenda de reparações. Essas instituições se sustentam com base nessa desigualdade racial e estrutural. Então, essa é a própria natureza dessas instituições e isso não tem a ver com o seu mau funcionamento. Não, pelo contrário, o bom funcionamento dessas instituições é o que garante que os negros e negras tenhamos papéis subalternos dentro dessas instituições, que sejamos a exceção à regra, que sejamos a correção política da instituição.

Na instituição acadêmica absolutamente dominada pelo pensamento eurocêntrico e pela dinâmica do poder, não apenas o pensamento, mas também a prática eurocêntrica, fazem

com que nossas presenças façam parte do relato excepcional, do relato – no melhor dos casos – de uma igualdade formal ou de uma retórica da igualdade de oportunidades. No mundo acadêmico, aparecem os programas específicos, as cotas... no Estado também as políticas focalizadas etc.

Com isso me atrevo a dizer duas coisas: 1) certos setores, que oscilam ou pendulam entre o autonomismo e posições pós-modernas, sustentam que há espaços que devem ser abandonados, que devem ser ignorados, que não vale a pena dedicar-lhes nenhum esforço; 2) há outros setores que têm uma espécie de fé dogmática em relação à capacidade de transformação dessas instituições através da participação. Eu acho que não são nem uma nem outra, ou é de tudo um pouco. Eu acho que devemos ocupar todos os espaços.

Mas, fundamentalmente, a garantia de certo êxito tem a ver com a capacidade de coordenação da ação política das pessoas negras. E insisto, as pessoas negras não pensando na cor da pele das pessoas, mas sim as pessoas que entendem o mundo a partir de uma perspectiva negra, que rejeitam não apenas a perspectiva ocidental eurocêntrica, racista e branca do mundo, mas também entendem a possibilidade de construir um mundo outro ou seja, ao qual eu chamo negro como categoria política; um mundo de verdadeiros universais, um mundo de igualdade substantiva, um mundo de democracia radical e um mundo que não se ocupe apenas do agora – ou do presente e do futuro desses sujeitos históricos –, mas que tenham na centralidade de sua ação política a reparação dos danos anteriores.

Eu entendo que aqui há um crime de Estado na ordem do Estado-nação e suas instituições – ou das instituições que sustentam o Estado-nação. A Academia é uma delas e tem um papel histórico em relação a este crime. A escravidão é um crime contra a humanidade, portanto, não prescreve com o tempo. E tem que haver uma reparação! A reparação radical implica necessariamente mudar as estruturas; não se trata apenas de ajustar as estruturas, mas o fim último é construir estruturas diferentes. Essa é a realidade!

Portanto, como se habitam esses espaços e qual é a garantia de não perder o objetivo? Voltar sempre à comunidade, sempre à ação coletiva orientada aos objetivos da comunidade. Por isso entendo que o ativismo tem um objetivo central: é no ativismo da comunidade negra que se debatem as prioridades da agenda política negra. Depois, estão os sujeitos que habitam o mundo acadêmico, o mundo institucional, a política de Estado etc., mas se alimentam da fonte única e ordenadora do cumprimento de nossas metas e objetivos como comunidade: o ativismo negro! Que insisto, o ativismo negro entendido como sinônimo de ativismo antirracista. Volto a repetir e não vou me cansar de fazê-lo: não se inscreve na cor da pele das

pessoas.

O seu voto não vale mais por você ser mais claro ou mais escuro. Isso é colorismo, isso é racismo internalizado, isso não faz parte da cor da pele das pessoas na hora da ação antirracista. Em todo caso, a cor da pele provavelmente te dá alguma sorte em relação aos protagonismos e às vozes, mas entendo que é uma situação menor e circunstancial em função de um objetivo de emancipação total; não só das negritudes e das opressões aos não-brancos, mas da humanidade. Ou seja, temos que ir em direção a um horizonte de humanidade radical; uma humanidade onde todos sejamos entendidos como seres humanos.

Insisto outra vez, denunciando certas posições pós-humanistas de entender que o conceito humano está esgotado e que, portanto, temos que renunciá-lo. Quem postula isso costuma ser pessoas que recolheram todos os benefícios da tradição e do privilégio branco, e são absolutamente funcionais ao esquema de poder conservador que tem como desculpa não reparar. Não há como saldar as feridas de uma humanidade limitada, tendenciosa, uma categoria de humanidade mesquinha, se não se reparar. A chave do sistema-mundo, como o conhecemos, está cimentada sobre a ideia de que há humanos de primeira e humanos de segunda linha – e a cor tem um papel fundamental.

Dito tudo isso, acho que temos que ocupar todos os espaços. Em termos pessoalíssimos, a possibilidade de influenciar as políticas públicas, de participar no desenho e na implementação da política pública, atuar no campo acadêmico, ministrando aulas e conduzindo e participando de projetos de pesquisa, faz parte de um trabalho do cotidiano. Mas, insisto, faz sentido, faz parte e contribui à ideia de uma agenda de reparações históricas radicais, na medida em que se submetem à autoridade política e à determinação política do ativismo negro comunitário e antirracista.

**[RCJ]:**

No seu artigo de opinião “O racismo não é uma piada” você denuncia com clareza como setores da comunicação digital, inclusive aqueles identificados com o campo nacional e popular, vêm normalizando discursos racistas sob a justificativa do humor ou da liberdade de expressão. Considerando o contexto argentino atual, em que o governo promove o desmonte institucional de políticas antidiscriminatórias, como você enxerga o papel da sociedade civil e da militância negra frente a essa ofensiva simbólica e política? Ainda é possível dialogar com setores que se dizem progressistas, mas silenciam, ou até colaboram, com práticas de desumanização racial?

[FP]:

As práticas racistas não conhecem fronteiras ideológicas, certo? O racismo não é patrimônio da esquerda, da direita ou do progressismo. É uma prática interiorizada, fundamentalmente nas conduções desses projetos. Como as conduções desses projetos políticos ocorrem no âmbito de um sistema-mundo, elas têm no racismo um dos seus pilares fundamentais – assim como no patriarcado. Esses espaços de condução – que eu chamo de “regra das três P: poder, prestígio e privilégio” – costumam ser protagonizados por homens brancos ou auto-percebidos como brancos. Volto a repetir, não tem muita importância a cor da pele – a priori; é como são, como se percebem ou como agem politicamente.

Aí vai haver um ponto em comum. É muito provável que homens da esquerda progressistas e da direita, na medida em que se percebam parte do espectro da branquitude política, encontrem um ponto em comum. Têm diferenças ideológicas, mas têm um ponto em comum no exercício de uma masculinidade branca tóxica, de uma masculinidade racista. Aí eles encontrarão que o negro é uma piada, como a ideia de mulher é algo que também pode causar graça. Podem-se fazer piadas de gays, de negros e de mulheres, porque fazem parte de um pacto de masculinidade branca e racista que se expressa em diferentes âmbitos, tempos e formatos.

Por exemplo, Hegel e Kant escrevendo – supostamente – livros de filosofia e jovens de sub-30 nas plataformas digitais fingindo demência e fazendo “comunicação” ou “humor”. Voltando 200 anos, esses jovens-adultos são iguais a Hegel, Sarmiento na Argentina e Gilberto Freyre no Brasil. Eles não são anacrônicos porque o racismo é um fenômeno atual e vigente. Portanto, aqueles que pretendem se apresentar como transgressores, terminam sendo profundamente reacionários e conservadores.

O humor sempre foi um espaço de refúgio para os racistas, mas também pode ser utilizado como um espaço e uma enorme plataforma de denúncia contra o poder. Há enormes exemplos disso. Mas, quando o humor aparece para rir da vítima e não do vilão, deixa de ser humor e passa a ser um instrumento a mais da opressão e do privilégio. Obviamente, se nossas esperanças estão depositadas no chamado da consciência desses atores, pensar que Freyre ressuscite e não seja racista, que Sarmiento, Hegel, Kant e os estúpidos que hoje fazem streaming não sejam racistas, não é o objetivo do ativismo negro nem da agenda de reparação histórica.

Disfarçar o discurso racista – ou o que hoje se conhece como discursos de ódio – como humor não é liberdade de expressão; é simplesmente propagação do racismo e do ódio, que tem como última instância um processo de desumanização que hoje [30 de outubro de 2025] no Rio de Janeiro custa a vida de mais de 100 pessoas. Não vão convencer ninguém de que mataram 130 narcotraficantes. Se mataram 130 narcotraficantes, terminamos com o narcotráfico no continente. A realidade é que as forças de segurança são um instrumento do sistema de justiça que tem a tarefa de aprender e submeter o estado de direito às pessoas que cometem crimes, não de gerar execuções sumárias. Isto se comunica com os 2.000 mortos que houve também ontem no Sudão, e assim por diante.

Mas, não são mortos em todo o mundo, são as pessoas não-brancas que são vítimas de um sistema racista, que tem origens no tráfico transatlântico e todo esse processo do racismo científico, e que, por sua vez, hoje tem um monte de porta-vozes, militantes e sustentadores dessa dinâmica. Isso se dá de uma forma que eu não saberia dizer se é voluntária ou involuntária, consciente ou militante. A verdade é que não tem nenhuma importância. Eles têm a responsabilidade e o papel de sustentar um sistema de opressão e um *status quo* conservador que termina na morte de milhões de pessoas. Bom, está à vista!

Quando se trata de corpos brancos europeus, chama-se de mal e implica uma sorte de solenidade inquebrantável. Quando nós dizemos isso, no nosso caso, somos exagerados, irascíveis, sensíveis. A realidade é que qualquer processo de desumanização é passível de ser denunciado. A liberdade de expressão tem a ver mais com a possibilidade de denunciar injustiças do que com a de estarmos nos batendo no chão com as vítimas. Isso é o que adiante afirmo em meu artigo de opinião ao dizer que não há justiça social sem justiça racial. Eu proponho romper com a tradição histórica argentina, que ainda conserva em sua constituição a marca de um país projetado para pessoas brancas.

**[RCJ]:**

Em seu artigo de opinião ao afirmar que “não há justiça social sem justiça racial”, você propõe uma ruptura com a tradição histórica da Argentina, que ainda hoje carrega em sua Constituição a marca de um projeto de país pensado para a branquitude. Diante disso, como você imagina a construção de um novo pacto democrático verdadeiramente inclusivo? Que atores sociais, institucionais e culturais precisam se comprometer para que a justiça racial deixe de ser uma pauta periférica e passe a ser um princípio fundante da democracia

argentina e como esses atores poderiam (ou deveriam) fazer isso? Qual a importância e os limites do Direito nesta transformação?

[FP]:

Já que estamos em uma revista do curso de Direito, Carlos, há alguns dias houve eleições na Argentina, eleições legislativas, e foi do retorno à democracia para cá a eleição com menor participação. Um em cada três argentinos e argentinas não votou, e esse número aumenta quando se faz o cruzamento geográfico e socioeconômico. Digamos, nos bairros populares a participação cai ainda mais. Os setores racializados partem de um país onde votar é obrigatório. Mas, eu quero desviar o foco do punitivo de não cumprir com o dever cidadão.

A gente dos setores populares, os setores racializados, deixa de acreditar na democracia. Por quê? Porque simplesmente a democracia, o exercício da democracia e da política partidária institucional, não só nos deixa de fora, mas perpetua e sustenta os níveis de violência e de injustiça. Na Argentina, o governo atual suspendeu a assistência aos “comedores populares”, onde comem cerca de 11 milhões de pessoas – o mesmo número de pessoas habilitadas para votar, que não foram votar. Está claro que há um viés de raça e classe, são termos que eu compreendo indissolúveis. Por que são indissolúveis? Porque não pode ser uma casualidade tão grande que todos os setores populares do continente tenham a pele escura.

É ao contrário, não é que as pessoas loiras, de olhos azuis e brancas vivam durante duas gerações em uma favela ou em uma vila. A Argentina foi se escurecendo. As pessoas vivem em situações precárias porque são descendentes dos indígenas reduzidos à servidão e dos negros afrodescendentes submetidos à escravidão durante séculos – que não passou há um milênio, mas, em termos históricos, há minutos. A situação de classe está absolutamente imbricada e há um processo de desumanização sustentado que faz com que sejamos os mesmos corpos que os sustentamos. A democracia se apresenta como uma prática burocrática liberal, no âmbito de um direito que também está constituído desde uma perspectiva branca racista.

O movimento negro no Brasil está fazendo uma campanha para pedir ao governo de corte popular de Lula que nomeie uma juíza negra ao STF. No país com mais negros do planeta é preciso fazer uma reclamação para colocar uma pessoa negra na justiça. Isso é uma coisa delirante! Ou os negros e negras do Brasil têm a injustiça nos genes e a incapacidade de exercer o direito ou há um processo de racismo sistêmico. Não são os mortos hoje do Rio de

Janeiro, são as centenas de milhares de mortos do genocídio negro; por exemplo, em Salvador da Bahia, que é o lugar com mais população – em termos percentuais – de negros do Brasil, governado há 20 anos também por um partido progressista ou de esquerda.

Não estou dizendo que é a mesma coisa a ultradireita que a esquerda. Não estou dizendo isso, está claro que elas não têm objetivos, práticas políticas e titulares similares. Agora, em relação à hora de sustentar a agenda de reparações históricas, o que nós chamamos de reparações históricas ou uma agenda antirracista, oscilam entre militar o ódio e militar a correção política. Criar um ministério da igualdade racial – que sempre será bem-vindo –, mas que é o ministério com menor execução e com menor participação orçamentária também é toda uma mensagem. Insisto, em um país onde a esmagadora maioria da população é não branca.

No caso da Argentina é igual; no caso de toda a América Latina o que se repete não é somente que a maioria somos não-brancos, mas a branquitude está sobre-representada nos espaços de tomada de decisão e, portanto, subestimam nossas agendas. Por que a subestimam? Isso é racismo. Não podemos falar de racismo no mundo sem racistas; ou seja, então não tem a ver com o nível de convencimento das pessoas ou da militância à ideia da superioridade racial. A chave está na ordem da prática, na ordem das prioridades e nos gradualismos. A realidade é que os resultados estão à vista; o que termina por entrar em – sem me colocar demasiado em politólogo – nesses estados falidos ou nessas democracias de baixa intensidade, chame como quiser.

A realidade é que o sistema não está falhando; o sistema se reconfigura e se aperfeiçoa. O que acaba dando por mensagem é que há gente que sobra e os que historicamente sobramos sempre somos os mesmos: os negros do mundo, os condenados da terra. Em termos de Fanon, é isso que acontece. Enquanto nós continuarmos sendo uma exceção, isso vai continuar se repetindo. Um chamado à consciência dos próprios: ser negro e negra e não ser antirracista...? Ser antirracista é estar submetido a um projeto político comum conduzido por homens e mulheres negras – no sentido amplo da palavra negro.

Não existe o mérito negro. O negro ou a negra que está em uma instituição, faz as coisas bem, vai ganhando as posições... Não funciona! Isso é tokenismo! Luther King, Malcolm X, Dubois... muitos denunciaram isso. Tudo isso já fracassou há mil anos. Não existe o negro ou a negra que sozinhos façam a revolução. Não vai acontecer! A única revolução negra bem-sucedida real e radical que existiu foi a do Haiti e foi feita por escravizados. Enquanto isso não for conduzido pelos setores populares e aqueles setores da

negritude que têm as quatro refeições garantidas, estão alfabetizados e têm a oportunidade de ir à universidade... a revolução não vai acontecer.

A verdade é que o negro não significa nenhuma vanguarda iluminada se não se submete a um projeto de ativismo coletivo e de encontro, e com todos os sacrifícios que isso implica. Por quê? Porque aqueles homens e mulheres negros que transitam pelas instituições dão a mensagem de que não fazem parte do ativismo. A mensagem que estão dando é a garantia ao poder branco de que parte do nosso fracasso é a própria crença desses setores de que a negritude não se pode organizar

Nesse marco das leis ou da estrutura jurídico-administrativa dos Estados, por mais que incluam a afrodescendência no que diz respeito ao constitucional – que sempre é melhor do que haver uma constituição que diz que se fomenta a imigração europeia –, a realidade é que vai continuar sendo letra morta se nós não temos uma condução política organizada. Sobretudo, se os setores mais privilegiados na dinâmica do antirracismo, das negritudes, não estão submetidos a essa agenda – que tem, como última instância, não só a emancipação da negritude, mas uma ideia radical de humanidade.

**[RCJ]:**

Enquanto a Colômbia está crescendo economicamente, a economia da Argentina está caindo e os discursos são contraditórios porque na Argentina se diz que o liberalismo e o conservadorismo farão a economia crescer. Diante do atual cenário político argentino, marcado por retrocessos democráticos, aprofundamento das desigualdades e avanço de discursos negacionistas, como avalia os impactos materiais e simbólicos desse contexto sobre a população afrodescendente no país? E olhando para as próximas eleições, que horizontes a Argentina pode construir a partir das lutas negras, mesmo em meio a um ambiente de crescente deslegitimação das vozes periféricas e racializadas?

**[FP]:**

As perguntas são complexíssimas e respondo todas as perguntas em parte porque são super complexas. É boa a comparação entre Petro e Milei. Está claro que são dois governos distintos. Petro é um governo de esquerda – o primeiro governo de esquerda na história contemporânea da Colômbia – e Milei na Argentina é o único caso do planeta de um país governado por um governo anarcocapitalista. O governo de ultradireita de Milei desmantelou todas as políticas que tinham foco na afrodescendência, desmantelou o Instituto de Luta

contra o Racismo – que tinha quase 30 anos – o Ministério da Mulher e o Instituto de Assuntos Indígenas.

O governo do Milei tem tido um impacto especial – como toda a ultradireita global. Os objetivos da direita global no norte global ou da ultradireita no sul global são práticas ou ações distintas, mas que têm como mesmo objetivo a perseguição a qualquer agenda de reivindicação de direitos e, nesse marco, a agenda de reparações históricas. Os governos progressistas ou chamados de esquerda também demonstraram suas limitações. Insisto, não é a mesma coisa fechar um instituto que abrir um ministério. Está claro que são duas ações distintas, mas tanto o Ministério da Igualdade Racial do Brasil quanto o Ministério da Igualdade e da Equidade da Colômbia coincidem em ser os ministérios com a menor dotação orçamentária em relação aos demais ministérios.

Esses ministérios são envolvidos em tensões constantes porque se constrói o Ministério da Igualdade Racial em contextos racistas, onde os racistas não são somente os que estão do outro lado da rua; os racistas são seus colegas ministros, é a própria dinâmica dos presidentes. No caso de Petro, houve o conflito com a vice-presidente Francia Márquez ao demiti-la do ministério, colocar um líder histórico como Carlos Rosero do Processo de Comunidades Negras (PCN) e – apenas quatro meses depois – demiti-lo e substituí-lo por um ator pornô, dizendo que a agenda de reparações negras e os atores pornôs que vendem conteúdo sexual na Internet são dois sujeitos perseguidos.

É uma coisa absurda e delirante colocar no mesmo nível a escravidão e a venda de conteúdos sexuais na Internet. É uma expressão de ódio e de banalização da escravidão. Que se fosse o mesmo dizendo isso sobre a coletividade judaica, teria sido fuzilado provavelmente. Está claro que não existiu o tráfico escravista de pessoas trans ou o tráfico escravista de gente que vende conteúdos sexuais. A linha que separava quem subia no barco acorrentado e quem não, era a linha de cor. Portanto, discutir isso não só se torna ridículo, mas também expressa os níveis de violência com os quais o racismo age.

Portanto, quando se impulsiona a implementação de políticas públicas mal chamadas de antirracistas – ou com uma falsa percepção de igualdade racial – na correção política termina em tragédia. E mais, essas políticas públicas acabam sendo o combustível que alimenta o ódio da ultra-direita, porque vão apresentar a existência desses institutos ou ministérios como grandes avanços revolucionários para justificar ainda mais sua política repressiva. Esse é o pêndulo em que nos movemos. E como isso se relaciona com a dinâmica da democracia eleitoral de que a cada quatro anos são feitas eleições presidenciais? A lógica

é que isto é como comparar peras com maçãs. É um processo de longo prazo sustentado pela lógica racista e os processos eleitorais não fazem mais do que reproduzi-la.

Há algum tipo de mudança de gesto, de forma, de época, onde hoje se conta quantas mulheres estão nas listas, a cor da pele das pessoas... põe-se gente um pouco mais escura aqui e ali, faz-se algum ou outro ministério. Mas, insisto, não basta mudar, transformar, ou ajustar instituições. O problema é o Estado-Nação! Agora, na América Latina, as comunidades negras têm a possibilidade de dizer: “A mim o Estado não me importa”? Não! Isso está claro quando o prefeito do Rio de Janeiro é bolsonarista, entra nas favelas para matar gente e faz massacres diários. E se não, continua o genocídio à conta-gotas. Nós estamos escolhendo entre massacres diários ou genocídio à conta-gotas.

O problema que nós temos são as opções entre as quais escolhemos. A possibilidade da concretização de um horizonte de reparações históricas em termos radicais se vê expressa, por exemplo, em candidaturas presidenciais que fossem lograr alguma sorte de transformação substantiva da realidade em termos de opressão racial. Se essas opções são limitadas no Brasil, nem te conto na Argentina. Se são limitadas na Colômbia que é o país com maior população negra em língua espanhola; se são limitadas nos EUA, que são a população com mais negros anglófonos; se são limitadas no Brasil, que é o país com maior população negra lusófona; o que resta à Argentina?

O Obama – que é uma pessoa de pele escura – tendo sido presidente dos EUA deveria ter terminado com o flagelo do racismo no país. Mas, pelo contrário, é na presidência Obama que surge o movimento “Black Lives Matter”, porque se recrudesce – a nível dos estados e municípios – a violência institucional sobre os corpos negros como resposta ao fato retórico ou estético de um presidente com a pele escura, imaginando-o como um horizonte pós-racial.

A realidade é que o tema é muito complexo e que o que se discute aqui – em definitivo – é a possibilidade de compreender os corpos racializados como seres humanos. Portanto, a partir do fato de que são seres humanos, são destinatários irrefutáveis da ideia dos direitos humanos e a realidade é que isso continua sendo um terreno em disputa.

**[RCJ]:**

Esta seria a última pergunta, mas gostaria de tomar a liberdade como editor assistente da RCJ para fazer uma pergunta a mais. Não podemos olhar para tudo o que está acontecendo lá fora, na janela, no Rio de Janeiro e estar aqui fazendo esta entrevista com você sem perguntar sua opinião sobre o que está acontecendo aqui em relação à violência policial

estatal, à violência simbólica e à violência material claramente direcionadas aos corpos, aos territórios e às comunidades negras. Não sei o quanto você já sabe sobre o tema, mas dentro do que alcança seu conhecimento, o que você pensa sobre tudo isso?

[FP]:

É uma continuidade do que o movimento negro brasileiro vem denunciando há anos: o genocídio do povo negro! É o genocídio do povo negro no Brasil, na Colômbia, nos Estados Unidos, no Congo, no Sudão... do ponto de vista da letalidade das forças de segurança. Mas, é o mesmo genocídio e invisibilização e negação da existência do povo afro-argentino, por exemplo.

A Argentina é um país em que o ativismo negro e antirracista na Argentina tem que lidar com a discussão sobre se existimos ou não existimos. É o sonho molhado dos ultraconservadores imaginar um planeta nas Américas que não tem população negra, onde a meta do extermínio foi concretizada. É um extermínio simbólico, não é um extermínio material. No entanto, se partirmos da base de que na Argentina não existimos, isso prefigura uma realidade que torna impossível se sustentar uma prática antirracista ou imaginar uma comunidade emancipada do flagelo do racismo.

No caso da Colômbia ou desses outros países que eu mencionei, o que está em tensão são as maiorias, não só para exterminar corpos concretos, mas fundamentalmente para exercer o terrorismo de Estado. Isto é, manter o terror coletivo nas negritudes para que elas não transbordem. Por quê? Porque são milhões de pessoas. Essa é a realidade. É o mesmo esquema da *plantation*, mas sofisticado, com reconhecimento facial, com armas longas, com a inteligência artificial, com as tecnologias da eliminação digital através dos linchamentos digitais... Absolutamente complexo e complexificado. Mas, o objetivo continua sendo o mesmo: colocar os corpos negros em caixas!

Claro, quando a violência se torna tão explícita, tão pornográfica, como este massacre que enlutou o Brasil há dois dias, onde há execuções, mutilações, cabeças cortadas para ocultar a identidade... As coisas que vamos descobrir nestes dias... Certamente, isso, em muito pouco tempo, passará a ser parte de uma notícia que foi esquecida para seguir com a próxima notícia, que pode ser que nasceram dois filhotes de cachorro siameses nas cataratas da Foz do Iguaçu. Essa é a realidade, porque insisto, não faz parte do poder esta excepcionalidade.

Desde a Segunda Guerra Mundial até aqui, o mau é o nazista. Não que os nazistas não tenham sido maus, mas o que nós temos que questionar no mundo é que o mal não começou na Alemanha nazista. Nós somos parte de sociedades cimentadas no extermínio sistemático de milhões de pessoas pela escravidão no Brasil e em todo o continente. O que nos corre é o foco que habilita a consciência das populações não-brancas, dos despossuídos e condenados da terra, para exercer um processo revolucionário de mudança radical de um sistema-mundo que deixa fora as maiorias, porque os não-brancos somos a maioria do mundo. Então, claro que a lógica é manter em caixas ordenadas, submetidas e oprimidas as maiorias.

Algumas teorias críticas afirmam que este sistema neoliberal tem certos colapsos em relação à destruição de postos formais de trabalho, o que gera poucos consumidores. Está comprovadíssimo que o sistema não precisa de tantos eleitores, tantos consumidores, não precisa de nada e essa é a forma como age. Então, são massacradas – sob um discurso de desumanização constante – as juventudes [não-brancas], que são criminalizadas e vinculadas ao narcotráfico.

Por isso, hoje o governo dos Estados Unidos está bombardeando lanchas no mar, nas costas venezuelanas, com a desculpa de que são narcotraficantes, e o mais provável é que sejam pescadores. Bom, nunca vamos saber isso. Por quê? Porque como os matam com drones e os afundam no mar, não sabemos nem quem são porque, sobretudo, há um bloqueio e um cerco midiático super forte. Mas, tenho certeza de que na margem há famílias que estão chorando por eles. Não pode ser que afundem lanchas e que sejam todas pessoas órfãs. Não, é mentira!

Mas, claro, há um processo sustentado de desumanização do povo venezuelano, do povo negro brasileiro, do povo negro colombiano, do povo negro dos Estados Unidos que sustenta esses níveis. E o que me atrevo a dizer e vaticinar é que esse tipo de massacre veio para ficar. Não? Essa ideia de que há uma crise civilizatória... o sistema não vai se sentar para esperar ser substituído por um sistema novo. O que o sistema vai fazer é se reconfigurar para continuar sendo. Acredito que isso veio para ficar!

Historicamente, qualquer voz que se opôs e levantou a cabeça no mundo da negritude teve sempre o mesmo destino: a morte! A chave é que o povo negro já tem mártires demais. O que não pode continuar é o silenciamento diante deste fenômeno; é preciso levantar a voz. E o sistema não é um sistema democrático baseado no diálogo, está baseado na força: ou te compra ou te mata! Então, parece-me que, lamentavelmente, vamos continuar – como há

séculos, mas hoje com um nível de sofisticação – com a mesma crueldade, mas mais eficaz, por como aplicam as novas tecnologias para recrudescer o aparato de morte.

Esses massacres vieram para ficar; adormecem através das estruturas digitais dos meios. As redes inundam, saturam e, nesse saturar, dessensibilizam as pessoas. Nos mostram morte e morte e morte e morte, e a morte se naturaliza sobre nós mesmos. Atrevo-me a dizer que o panorama vai ser mais complexo.

Minha solidariedade, obviamente, com as vítimas desta semana do Brasil, do Sudão... Mas, na semana que vem serão os corpos negros de outras latitudes como tem sido desde 1492 até hoje.

**[RCJ]:**

Fede, muito obrigado pela entrevista. Agradecemos imensamente pelo conhecimento compartilhado, pela disponibilidade e pela colaboração. Gostaria de acrescentar algo ou fazer uma fala de encerramento?

**[FP]:**

Não, Carlos, não. Falei um monte, Carlos. Eu imagino o seu trabalho de transcrição e edição. Te dou toda a minha autorização para recortar tudo o que você precisar recortar, não? Sem nenhum medo. Eu sou editor, então... Enquanto não me faça dizer que apoio coisas que não apoio, o resto você recorta tranquilo.

O agradecido sou eu, Carlos. Lamento por Bianca, que está no trabalho e parece que não pode participar, mas meus cumprimentos a ela. Também a Enzo, que não o conheci, e ansioso por ver o trabalho final. E seguimos em contato.